



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA
(ILAESP)**

**ESPECIALIZAÇÃO EM
RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CONTEMPORÂNEAS**

**A INFLUÊNCIA DAS REDES SOCIAIS NA DEMOCRACIA BRASILEIRA
AS 'JORNADAS DE JUNHO DE 2013' COMO LABORATÓRIO DO CAOS**

ALEXANDRE MARTINS MOURA

Foz do Iguaçu
2024



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA
(ILAESP)**

**ESPECIALIZAÇÃO EM
RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CONTEMPORÂNEAS**

**A INFLUÊNCIA DAS REDES SOCIAIS NA DEMOCRACIA BRASILEIRA
AS 'JORNADAS DE JUNHO DE 2013' COMO LABORATÓRIO DO CAOS**

ALEXANDRE MARTINS MOURA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito à obtenção do título de Pós-graduado em Relações Internacionais Contemporâneas.

Orientador: Prof. Dr. Lucas Ribeiro Mesquita

Foz do Iguaçu
2024

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	4
2 ENGAJAMENTO	7
3 JUNHO DE 2013 E SUAS CONSEQUÊNCIAS.....	9
4 AS REDES E O GOLPE DE ESTADO.....	11
5 A INFLUÊNCIA DE 2013.....	13
6 GUERRA HÍBRIDA.....	14
7 O CRESCIMENTO DAS BOLHAS E O PARADOXO DAS REDES.....	17
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	18
REFERÊNCIAS.....	20

1 INTRODUÇÃO

A política representativa do Brasil, que historicamente esteve, quase sempre, tutelada e submetida a interesses de países de hegemonia do norte global, chega à terceira década do século XXI vulnerável a mecanismos tecnológicos de comunicação que são o novo instrumento de manipulação da opinião pública – o que acarreta na interferência direta de processos de decisões populares, mais precisamente as eleições.

Com as novas ferramentas digitais cada vez mais difundidas, o assim chamado ‘Estado democrático de direito’ – definido juridicamente pelo respeito aos direitos humanos fundamentais, individuais, coletivos, sociais e políticos garantidos pela Constituição – se vê submetido a arroubos das chamadas 'big techs'¹. Isso porque as plataformas de comunicação digitais influenciam diretamente na opinião pública e conseqüentemente nos processos de direitos de representação eleitoral. A distribuição e controle de dados ou algoritmos, (como é comum utilizar na linguagem digital contemporânea quando se trata do conjunto de dados e regras estabelecidas por cada rede social), é feita conforme o interesse de corporações que detêm a propriedade dos grandes veículos de mídia e as big datas² que estão sediadas em países imperialistas e historicamente colonizadores, como EUA e Europa.

O fenômeno de aglutinação de grupos digitais em redes tornou-se uma ferramenta prática e espontânea para usuários no engajamento de seus interesses comuns, em especial nas pautas políticas. Ao contrário do que se observava antes das novas tecnologias de comunicação, quando a maior parte da população era mantida alienada a programas de TV e rádio – com permanente distanciamento da vida política cotidiana do País –, o advento das redes trouxe um acompanhamento visceral do cotidiano e, junto a ele, o compartilhamento de ideias anti-sistêmicas.

¹ Como explica Morozov, são grandes empresas associadas a plataformas de uso intensivo de dados, quase todas situadas na América do Norte, que ocupam os cinco primeiros lugares entre as dez maiores empresas do mundo por capitalização de mercado.

² Big Data refere-se a dados volumosos demais para caber em um único servidor, não estruturados demais para se adequar a um único banco de dados, refere-se Daveport.

Com uma proposta popular e aparentemente democrática que passa a incluir nos debates todo cidadão com acesso à internet, as narrativas propagadas nas ‘bolhas digitais’ – conceito que define a difusão de informações ou desinformações apenas entre pessoas que detêm linhas de pensamento parecidas em um tipo de *looping* comunicativo – levam a um caminho completamente oposto à igualdade de direitos.

Dentro desses grupos passa a se espalhar e a exaltar uma radicalização libertária – no campo da economia um tipo de anarcocapitalismo – uma concepção extremada do capitalismo que força a opção pelo Estado mínimo [neoliberalismo] ou até mesmo o fim do Estado. O que se denota, a partir dessa profusão de ideias implantadas em rede é, conseqüentemente, a sobrevivência de cada cidadão dentro de uma lógica individualista de sociedade do tipo selva (onde sobrevivem os mais fortes).

Grupos digitais passam a apoiar deliberadamente a ascensão de líderes que se apresentam como anti-sistema ou neoliberais clássicos com discursos radicalizados. Trata-se de uma lógica contraditória, uma vez que grande parte dos que apoiam esses novos ‘gurus’ depende de serviços públicos comuns a todos.

Ainda assim, mesmo que a maioria da população não tenha condições de arcar com serviços privados, muitos dos que militam e trafegam no ambiente digital das “bolhas” optam por privar parcela economicamente desfavorecida da população de ter acesso a atendimentos básicos previstos na Constituição. Essas restrições ocorrem pelo *modus operandi* clássico do neoliberalismo que começa pelo sucateamento e esfacelamento da estrutura de Estado até chegar às famigeradas privatizações. Se antes do advento do universo digital esse sistema tinha força nos veículos de imprensa tradicionais, hoje a máquina de manipulação se mostra ainda mais forte utilizando as redes sociais.

A ausência de regulação das redes torna vulneráveis as instituições, as leis e o ambiente democrático, num cenário em que a nova forma de interação social é controlada por grandes grupos privados. Esses fatos ficaram demonstrados nos últimos 10 anos em eventos políticos ocorridos no País. As chamadas Jornadas de Junho de 2013 foram um marco histórico nesse sentido. As manifestações daquele ano demonstraram a força e a influência das redes

na vida política do país, o que mudou de forma irreversível os rumos da sociedade brasileira no que diz respeito à visão que havia quanto aos direitos fundamentais constitucionais estabelecidos.

Dez anos depois, o que se pode observar é o resultado da desestabilização política do País, por meio da implementação de uma guerra híbrida – que será detalhada de forma analítica mais adiante no tópico 6 (seis) deste artigo.

Esse conjunto de fatores ligados a interesses que visam exclusivamente o lucro de grupos particulares compromete as bases sociais coletivas tal como vinha se estabelecendo na lógica capitalista de democracia liberal – conceito que se convencionou utilizar dentro em uma lógica de regime democrático alinhado ao Estado democrático de direito.

O que passa a se observar a partir desse deslocamento da ordem é um desarranjo do sistema. De acordo com o cientista político italiano Giuliano Da Empoli em Engenheiros do Caos:

Se o algoritmo das redes sociais estiver programado para oferecer ao usuário qualquer conteúdo capaz de atraí-lo com maior frequência e por mais tempo na plataforma, o algoritmo dos engenheiros do caos força uma maneira – não importa qual seja o absurdo – de interceptar as aspirações dos eleitores em especial por meio do medo. (EMPOLI, 2019).

Ou seja, para se chegar ao resultado pretendido – o lucro de grandes corporações e pessoas ao redor interessadas – não importa o que se veicule no ambiente das redes digitais.

Para a sociedade estruturada em um tipo de ‘democracia deliberativa’ – conceito baseado na formulação do sociólogo e filósofo alemão Jürgen Habermas, que se constitui no conjunto teórico-normativo que incorpora a participação da sociedade civil para a regulação da vida coletiva – a interferência dos processos eleitorais e a manipulação das informações significa alterar as regras e atingir um resultado sensível do funcionamento do sufrágio. Dessa forma, os beneficiados são claramente as grandes corporações empresariais.

O mundo da realidade e das leis passa a se contrapor aos conceitos difundidos por grupos interessados em romper com o *status quo* ainda que esse rompimento seja para beneficiar tão somente grupos específicos de poder.

Dentro desse cenário os líderes populistas e extremistas apostam na “desrazão”. Investem em imagem e discurso de um suposto rompimento com o *establishment*³, quando na prática colaboram para a ampliação das desigualdades com a concentração de renda e o aumento da conhecida pirâmide de estratificação social: no topo uma minoria rica e na base a maioria da população que tenta sobreviver miseravelmente sob a exploração do capital e dos mercados. Os membros dessas multinacionais – em geral societários anônimos – são verdadeiros predadores interessados no resultado em cifras, independentemente dos meios utilizados.

O que torna tais personagens interessantes, mais do que o fato de terem sabido captar antes dos outros os sinais da mudança em curso, é a forma pela qual se aproveitaram disso para avançar da margem pra o centro do sistema. Para o bem e, sobretudo, para o mal, suas intuições, suas contradições e suas idiossincrasias são aquelas que marcam o nosso tempo. (EMPOLI, 2019)

2 ENGAJAMENTO

Para entendermos como se dá a distorção da realidade nas redes sociais e a influência desse fenômeno na vida da população, é preciso analisar o conjunto de fatores que envolvem a burguesia ou grandes grupos que há séculos estão infiltrados na estrutura política do Brasil. Um exemplo disso são os problemas socioestruturais notadamente enraizados há séculos e que passaram a ser utilizados como meias verdades para romper os pilares democráticos estabelecidos nas últimas décadas do século XX de forma constitucional.

As deficiências e o subdesenvolvimento de infraestrutura no Brasil e no restante da América Latina acabam por ser exploradas e usadas de amparo retórico para empresas interessadas em limitar ainda mais o poder do Estado, de maneira a manter a estagnação econômica, o colonialismo e o controle da massa trabalhadora.

A usurpação retórica difundida nas bolhas digitais é observada nos recorrentes discursos sobre os problemas de corrupção e deficiências dos

³ O termo é amplamente utilizado em diversos contextos, mas em geral se refere a um sistema ou grupo dominante que exerce poder e influência sobre uma determinada área, seja política, econômica, social ou cultural. O establishment pode ser composto por indivíduos, organizações ou instituições que detêm o controle e estabelecem as regras e normas que regem determinado setor.

serviços públicos. Esses temas são frequentemente a fonte de construções narrativas que influenciam processos eleitorais. No entanto, sua origem está ligada e conservada justamente por grupos da classe dominante que detêm o controle dos meios de produção.

Em outras palavras, ainda que a corrupção e a precariedade dos serviços e da gestão pública sejam um produto oriundo da própria burguesia - que tenta sobrepor o interesse privado em relação ao poder de controle do Estado -, o que se propaga nas redes sociais é o discurso anticorrupção e antiestado. A propaganda nos grupos digitais é sempre em favor das privatizações. As consequências desse processo nas eleições são a escolha de representantes do grande capital privado, cujo objetivo é colaborar para o sucateamento da estrutura dos serviços públicos e conseqüentemente a venda do patrimônio público – que via de regra ocorre por meios escusos – para atender interesses de acionistas. Os resultados práticos para os usuários são serviços de péssima qualidade com preços abusivos.

Outra distorção alavancada pelas redes sociais e observada no Brasil nos últimos anos foi a instrumentalização do sistema judiciário como forma de perseguição política para a ocupação do governo central por grupos ligados às classes dominantes do Brasil, além da interferência de interesses geopolíticos externos. O maior destaque foi a operação Lava Jato⁴ – da Polícia Federal em conjunto com o Judiciário – que se fez valer de uma estratégia conhecida em outros países como lawfare⁵ – na busca de objetivos estratégicos de poder.

Somente alguns anos depois ficaram demonstradas, com provas e decisões judiciais, a deturpação e a utilização da famosa operação, que muito além do “combate a corrupção”, tinha por finalidade alcançar resultados políticos.

⁴ Operação da Polícia Federal em conjunto com o Ministério Público e a Justiça Federal para investigar políticos e empresários envolvidos em casos de corrupção. Ocorreu entre 2014 e 2021 com uma série de controvérsias quanto a atuação dos investigadores que utilizavam meios ilegais para a obtenção de informações. Por fim, as irregularidades foram comprovadas, após hackeamento de telefones de investigadores. Ficou demonstrado que a operação tinha como um dos objetivos alcançar resultados políticos, punindo adversários.

⁵ Conforme portal jusbrasil, significa o emprego indevido da lei ou do sistema legal para o uso político ou para atingir um desafeto ou adversário.

No auge da Lava Jato, as ações contaram com amplo respaldo e engajamento das redes sociais e da chamada mídia convencional.

De acordo com Empoli, que analisou processos eleitorais em vários países da Europa, entre eles a Operação Mãos Limpas, na Itália (a qual os moldes inspiraram a Lava Jato) é possível chegar a duas conclusões de caráter geral tendo em conta a atuação das redes sociais na política nacional. A primeira é que: “Uma máquina superpoderosa, concebida originalmente pra mirar com precisão incrível em cada consumidor (seus gostos e suas aspirações) irrompeu na política”. A única coisa que lhe interessa, é o engajamento – o tempo que cada usuário passa na plataforma.

O segundo ponto, conforme o autor, é que, graças a essa máquina digital, as campanhas eleitorais cada vez mais se tornam “verdadeiras guerras entre softwares, durante as quais os oponentes se enfrentam com a ajuda de armas convencionais [...] armas não convencionais (manipulação e *fake news*)”.

3 JUNHO DE 2013 E SUAS CONSEQUÊNCIAS

O método das notícias falsas, distorcidas ou manipuladas das *fake news*⁶ se faz valer de uma estratégia que traz consigo um resquício de verdade para dar suporte às mentiras calculadas. Ainda antes da Operação Lava Jato, no ano de 2013, as Jornadas de Junho foram um laboratório de propagação ideológico – por meio das redes digitais – em um complexo cenário de disputa política e a manutenção de velhos problemas estruturais vividos pela população, além da interferência midiática crítica ao governo da época.

De acordo com o professor e filósofo Marcos Nobre, em seu livro ‘Limites da Democracia - De Junho de 2013 ao Governo Bolsonaro’, o ambiente institucional em colapso favoreceu, dentro de uma conjuntura de crises, a

⁶ Informações falsas e distorcidas que ganham a aparência de realidade. Assunto tema do Seminário Internacional do Tribunal Superior Eleitoral, em 2019, em que Luiz Fernando Queiroz, então vice-presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, se referiu às milícias digitais, alertando que: as consequências negativas da conjugação entre *fake news* e plataformas digitais são incalculáveis, uma vez que o debate público é distorcido, corrompendo-se a liberdade de expressão e o direito à informação, dois dos principais trunfos da democracia ante os demais regimes políticos.

ascensão da extrema direita com propostas abertamente regressivas e saudosistas de um período de autoritarismo vivido no continente – remetendo às décadas de 60, 70 e 80 do Século XX.

No Brasil de 2013, o ponto de vista distópico de uma parcela privilegiada da sociedade que já não aceitava mais avanços sociais da classe trabalhadora passa a dominar pautas polêmicas que questionavam o acesso da população menos favorecida a direitos previstos na Constituição e que nunca antes do Partido dos Trabalhadores houvera sido cumprido. Exemplo disso foram as implementadas cotas para negros em universidades, programas como ProUni, Mais Médicos, direitos trabalhistas das empregadas domésticas, entre outros. Essas condições se tornaram um choque ideológico de classes para um tipo de sociedade de cultura escravocrata. O ambiente naquela ocasião ganhava exploração na internet e dava voz a exércitos digitais, grande parte deles formados por iletrados, preconceituosos e raivosos, em sua imensa maioria formada pela chamada classe média – a mesma que na primeira década do Século XXI ascendeu socialmente e ganhou a alcunha de ‘nova classe média’.

Todas as pessoas são percebidas como produto em série rigorosamente igual, diferenciando-se unicamente pelo que possui no bolso. Ninguém se escandaliza com tamanha pobreza analítica porque um leitor de classe média percebe apenas a homogeneidade de sua própria classe social. (SOUZA, 2017, p.86)

A partir das Jornadas de Junho, o que se observa é o questionamento e, em alguns casos, a ânsia pelo rompimento do sistema de democracia, uma vez que uma parcela pequena, porém barulhenta, da população clamava contraditoriamente aos gritos por “intervenção militar”. Naquele momento, uma grande maioria considerava irônico que, em um Estado democrático se pudesse reivindicar a volta ao passado com um regime militar repressivo. Mas a normalização de ideias absurdas propagadas nas redes conseguiu levar a maioria da população a eleger, cinco anos depois, lideranças (governo Bolsonaro e parlamentares alinhados) que defenderiam a proposta de fechamento de regime.

As Jornadas foram também um divisor de águas para o acesso à informação entre veículos de comunicação tradicionais (Rádios, TVs e jornais administrados por oligopólios de comunicação de famílias da classe dominante

interna do País) e as novas ferramentas de controle e manipulação do pensamento de massas das redes sociais.

Milhões de pessoas foram às ruas organizadas em atos pautados nas redes. O curso do processo eleitoral, previsto na Constituição de 1988, também passou a ser questionado por grupos antisistema que replicavam diuturnamente teorias conspiratórias nas bolhas virtuais.

Para o linguista Noam Chomski, em seu livro ‘Media Control – The Spectacular Achievements of Propaganda’, esse resultado faz parte de uma estratégia de manipulação:

“É necessário falsificar completamente a história. Essa é outra maneira de superar inibições doentias, de fazer parecer que quando atacamos e destruimos alguém estamos realmente nos protegendo e nos defendendo contra grandes agressores e monstros e assim por diante”.
(CHOMSKI, 1997, p.35)

4 AS REDES E O GOLPE DE ESTADO

Para contextualizar a enorme parcela de responsabilidade e papel das redes sociais junto aos processos políticos do Brasil, é fundamental fazer um breve resgate histórico dos eventos. Em 2013, o governo da primeira presidente mulher, Dilma Roussef, apresentava índices econômicos e sociais positivos e até então inéditos. Mesmo assim é atingido por uma avalanche de notícias antiprogressistas – impulsionadas em especial pelas redes. A popularidade e a imagem do governo despencaram até chegar às eleições de 2014 enfraquecido e fragilizado.

Sob uma margem de votos considerada estreita, Dilma é reeleita para o segundo mandato que iniciaria em 2015. Mas já no primeiro ano de seu segundo governo é novamente massacrada pelas chamadas “Pautas Bomba” do Congresso Nacional e uma enxurrada constante de notícias falsas disparadas pelas redes sociais que culminaram em um golpe de Estado que a depôs em 2016, após um processo parlamentar de ‘*impeachment*’.

Somente em agosto de 2023, Dilma Roussef é inocentada pelo TRF1 (Tribunal Regional Federal) no processo das chamadas ‘pedaladas fiscais’, o que confirma junto às demais circunstâncias da época, os interesses de grupos

políticos na substituição da então presidente. O jornal Folha de S. Paulo, assim como outros veículos da mídia tradicional, informou sobre a decisão jurídica a respeito do golpe institucional, mas, tal qual o judiciário, isolou os fatos e não tratou das manipulações feitas por meio das redes digitais.

No ano do golpe de Estado, as redes seguiram alimentando fake news e o ódio contra filiados, militantes e simpatizantes do Partido dos Trabalhadores como uma “caça às bruxas”. Em 31 de agosto de 2016 assume o então vice-presidente, Michel Temer, que embora tivesse péssima popularidade, contava com amplo apoio do Congresso. Como primeira medida, o novo governo adotou políticas antipopulares e antinacionais que claramente atendiam interesses externos de grandes investidores. Algumas delas, as mais extravagantes e evidentes foram: a privatização de refinarias da Petrobras e a paridade internacional de preços dos combustíveis para atender o lucro de acionistas.

De imediato também é pautada a retirada de vários direitos previstos na CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), o que o governo convencionou chamar de “flexibilização”, sob pretexto de evitar demissões em massa, que na prática se tornaram um retrocesso para a maioria das categorias de trabalhadores.

O saldo, após 13 anos de avanços sociais com mandatários do Partido dos Trabalhadores – período em que havia aparente conciliação da burguesia nacional com a classe trabalhadora – foi o retorno voraz de representantes das oligarquias do País que de imediato adotaram medidas austeras contra a população.

Ao passo em que a atuação dos movimentos progressistas e de esquerda nas redes sociais se mostra pífio e não consegue engajamento necessário para mobilizar a população na defesa de seus interesses, o discurso patronal ganha força para enfraquecer e encurralar movimentos sociais e sindicais.

A extrema direita seguiu crescendo e em 2018 elegeu seu representante, Jair Bolsonaro: calcado em fake news, nas pautas de comportamento e o discurso anticorrupção, se apresentava como um aliado fiel aos EUA e submisso aos interesses do império do norte na política internacional.

As eleições daquele ano trouxeram à tona toda sorte de notícias falsas e pautaram até mesmo a mídia convencional. Essa, autodefinida como

profissional, por vezes, abordava temas replicados nas redes sociais, dando ainda mais amplificação sobre assuntos os quais não se poderiam comprovar a veracidade, mas que eram veiculados no ambiente digital. O engajamento do discurso reacionário nas redes sociais se tornou hegemônico.

5 A INFLUÊNCIA DE 2013

Em 2023, quando 10 anos se passaram após o evento que alterou os rumos políticos e econômicos do País, uma série de trabalhos acadêmicos e análises críticas intelectuais se apresentaram nas universidades e no ambiente do jornalismo dito “alternativo” a respeito dos fatores que provocaram tamanha mudança da perspectiva de soberania institucional do País. Em uma década, a conclusão quase unânime dentro do campo progressista é de que o advento da expansão dos meios de comunicação digitais foi um dos fatores que deram suporte à vertiginosa alteração da visão sobre a participação política da população, agora digitalmente incluída em suas bolhas.

Com emersão de todo tipo de interessados em política – não nas políticas sociais de Estado, mas sim na política representativa de líderes carismáticos – o que se passou a observar foi o envolvimento e a identificação com perfis extremistas que ganharam força com a ascensão da extrema direita.

Um dos trabalhos que abordam as consequências das jornadas de Junho de 2013 é o livro ‘Participação e Ativismos: entre Retrocessos e Resistências’, lançado pelo Centro de Estudos da Metrópole (CEM) da USP (Universidade de São Paulo). Na obra, os organizadores apontam que o ativismo digital da extrema direita ganhou força e passou a pautar as ações políticas, em especial os temas ligados às questões de comportamento. Os debates diversionista forçaram a fuga de assuntos fundamentais como a luta de classes e direitos básicos fundamentais e deu lugar a temas relacionados às questões de comportamento. Uma espécie de “desdemocratização” se instaurou no País a partir da consolidação da extrema direita.

“A desdemocratização e seus impactos sobre a participação institucional tem como objetivo demonstrar que embora a extrema

direita tenha travado uma verdadeira cruzada contra o ativismo e as instituições participativas do Brasil, os resultados alcançados foram distintos e o que importa tanto em termos analíticos quanto políticos é compreender as razões dessa variação. Apoiados sob sólido trabalho empírico as ações de desinstitucionalização em alguns casos foram parcialmente bloqueadas pelos movimentos de resistência institucional”. (TATAGIBA et al., 2022, p.30)

‘Participação e Ativismo’ mostra que parte das ações da extrema direita tem um efeito de interação com suas próprias visões de mundo, tornando-as progressivamente cada vez mais radicais, como acontece, por exemplo, com as mídias sociais. Em 2013, aquilo que poderia ter sido uma manifestação salutar de uma sociedade heterogênea acabou por se tornar um movimento tóxico de posicionamentos fortemente polarizados e extremistas e que levam uma legião de fanatizados a se expor na esfera pública não para debater, mas sim para tratar o outro como inimigo.

A obra aponta a série de efeitos que decorreram de 2013 com um índice de corrosão e de desdemocratização depois que teve início o governo de Jair Bolsonaro em 2019.

Conforme o livro, o governo Bolsonaro foi capaz de impor grandes perdas nas políticas públicas construídas durante 30 anos, nas áreas da saúde, meio ambiente e várias outras. Há aspectos mistos: enquanto algumas instituições resistiram a esse processo, outras se esfacelaram.

As bolhas digitais com a propagação de *fake news* em um universo virtual paralelo pavimentaram o caminho para adentrar a terceira década do século em um ambiente de instabilidade e incertezas econômicas cercado de negacionismo em relação a legados históricos que já haviam sido superados – como no caso das vacinas em geral. Teorias da conspiração e práticas de charlatanismo sustentados em estrutura digital pautada no ritmo dos algoritmos formam um tipo de sociedade que já não mais precisa de cientistas, mas sim de supostos “especialistas” ou *coachs* que massageiem egos, acolhem frustrações e aplicam doses anestésicas de ânimos para um tipo de cidadão psicologicamente doente, profissionalmente alienado e politicamente cooptado.

6 GUERRA HÍBRIDA

A confirmação de que os algoritmos influenciam e manipulam as informações entregues para usuários das redes e interferem em eleições, fica explícita e chancelada no documentário ‘Privacidade Hackeada’. Lançado nos EUA em 2019, o filme com título original ‘The Great Hack’, dos diretores Karim Amer e Jehane Noujaim, revela como as big techs controlam os algoritmos digitais de quem trafega nos ambientes das redes e apresenta detalhes sobre como as empresas Cambridge Analytica e o Facebook hackearam⁷ informações de mais de 240 milhões de usuários para criar perfis políticos e afetar o processo eleitoral estadunidense em 2016. Esse escândalo levou à discussão mundial em torno das ações das grandes empresas como Google, Facebook, Instagram e outras.

As gigantes das redes são apontadas no documentário como responsáveis pela coleta e venda de informações digitais por meio das contas de seus usuários. O publicitário e empresário estadunidense Stevie Bannon é citado como beneficiário da atuação das ferramentas digitais para alcançar objetivos geopolíticos.

O filme mostra como o mundo dos meios digitais tornaram os usuários das redes sociais meros consumidores e produtos dos mais variados mercados. A protagonista no documentário é a ex-diretora de desenvolvimento de negócios da Cambridge Analytica, Brittany Kaiser, responsável por delatar tudo o que estava sendo feito pela empresa. Ela confessa e explica como funciona o jogo de manipulação dos dados conforme as áreas de interesse de cada perfil no ambiente digital.

O enredo mostra como as informações obtidas dos usuários tornaram as empresas Google e Facebook as mais valiosas do mundo nas bolsas de valores naquele período, superando até mesmo ações do petróleo. O motivo do extraordinário e exponencial crescimento foi o poder que essas empresas passaram a ter a partir da obtenção de informações contidas em big datas.

‘Privacidade Hackeada’ revela ainda que os dados das contas nas redes

⁷ É uma ação de identificar e explorar vulnerabilidades em um sistema de computador ou rede, geralmente para obter acesso não autorizado a dados pessoais ou organizacionais.

passaram a ser manipulados em eleições e processos de guerras híbridas em vários países, por meio de ferramentas de distribuição e controle de algoritmos.

Levando em conta a conjuntura do cenário político global em paralelo ao avanço das redes sociais na vida cotidiana da população e considerando os fatos ocorridos nas duas primeiras décadas do Século XXI, o que se observa é uma clara interferência dos novos mecanismos de manipulação de massas na democracia brasileira.

Na história recente, o tempo dos fatos é um dos poucos fatores que difere a eclosão dos eventos políticos influenciados pelas redes sociais entre os vários atores da geopolítica. Quase todos os processos eleitorais da história recente demonstram semelhanças no que diz respeito à interferência dos meios digitais em bolhas de desinformação.

Com a difusão das redes sociais mundo a fora, alguns países passaram por mudanças radicais na condução política a partir da segunda década do atual século e alguns deles acabaram por se envolver não apenas em guerras híbridas⁸, mas propriamente em ações belicistas promovidas por impérios do norte global utilizando como instrumento a comunicação das redes.

No caso específico do Brasil, maior economia da América Latina, o rompimento do ideal de republicanismo democrático – que foi construído nas instituições políticas com o marco constitucional de 1988 – leva a eventos explícitos a partir do cenário caótico das Jornadas de Junho de 2013. Os traços mais claros dessa fissura foram: O golpe de Estado contra o governo Dilma Roussef, a prisão de Luiz Inácio Lula da Silva (por meio da Operação Lava Jato) e a eleição de Jair Bolsonaro como representante da extrema direita. Trata-se de um claro freio, por parte das classes dominantes, nas políticas progressistas de avanços coletivos e uma opção pelo fortalecimento de grupos privados multinacionais e oligopólios bilionários.

7 O CRESCIMENTO DAS BOLHAS E O PARADOXO DAS REDES

⁸ É uma estratégia militar que mescla táticas de guerra política, guerra convencional, guerra irregular, e ciberguerra com outros métodos de influência, tais como desinformação, diplomacia, lawfare e intervenção eleitoral externa.

No Brasil, enquanto setores progressistas tentam, mesmo diante de dificuldades encontradas no Congresso, uma forma de regulação das mídias digitais, a concentração de informações da vida política e cotidiana em bolhas cresce a cada ano proporcionalmente aos avanços da comunicação digital. A busca por informações exclusivamente em redes sociais só aumenta.

Uma pesquisa feita pelo instituto Genial/Quaest entre outubro de 2022 e agosto de 2023 apontou que, no Brasil, o percentual de pessoas que se informam sobre política por meio de sites e blogs de notícias teve uma diminuição em comparação com as que se informam por redes sociais. Essas tiveram aumento significativo no mesmo período analisado.

No espaço de tempo verificado, a audiência dos sites e blogs de notícias caiu de 21% para 12% (na faixa etária entre 16 a 34 anos). Entre pessoas de 35 e 59 anos a queda foi de 12% para 9%. E na faixa etária dos mais de 60 anos a queda foi de 6% para 3%.

Por outro lado, os que consomem “notícias” por redes sociais na faixa etária entre 16 e 34 anos saltou de 40% para 45%. Entre 35 e 59 anos o número aumentou de 26% para 28% em dezembro de 2022, mas voltou para os anteriores 26% em agosto de 2023.

A sucessão de fatos políticos entre 2013 e 2018 deixa claro que, a utilização dos instrumentos digitais de comunicação tinha por finalidade alcançar objetivos econômicos e geopolíticos estratégicos que dependiam de apoio popular de usuários contidos em bolhas utilizando ferramentas de discursos que não prescindiam de base na realidade.

Observava-se cada vez mais a interferência dos meios tecnológicos de comunicação como instrumento de manipulação em função da inexistência de mecanismos de regulação e controle das ações de usuários e gestores das ‘big techs’ no País. Nesse período, os veículos de comunicação do Brasil passaram a conhecer nomes Stevie Bannon, que atuava junto ao governo Donald Trump, na Casa Branca, e que promovia apoio a campanhas de lideranças da extrema direita ao redor do mundo.

A inexistência de regras específicas que limitem o poder de controle e manipulação das plataformas digitais de comunicação sobre seus usuários está

ligada à falaciosa tese da liberdade absoluta e irrestrita de opinião. Essa afirmação – também amplamente propagada nas redes – afirma que a criação de controles é uma forma de censura. No entanto, ela própria gera o paradoxo de sobrevivência tanto das redes quanto da democracia. Qual seja: Se não existem regras, não são necessárias convenções que garantam condições de sobrevivência. Isso estabelece um fundamento selvagem – Logo, sobrevivem os mais fortes e se dão por vencidos os mais fracos.

Sob essa lógica, a democracia estaria fadada ao fracasso, uma vez que a liberdade de atacar, até mesmo os direitos previstos nela poderiam ser ultrajados sob o argumento de que a liberdade de expressão e a propagação de ideias nas redes sociais não deve conter limites.

A estratégia de promover um cenário político complexo tem sido eficaz para a extrema direita que vem se especializando nesse instrumento. O livro *Engenheiros do Caos* afirma que não há nada mais inconveniente que interpretar o “espírito de porco” para desequilibrar as estruturas vigentes. Trata-se de uma metáfora com o carnaval, quando todos estão livres para usarem as roupas e máscaras que quiserem, estabelecendo um ambiente de caos que desagrade os sóbrios e conservadores.

A vida não é feita de direitos e deveres, de números a serem respeitados e formulários a preencher. O novo Carnaval não se afina com o senso comum – ele tem sua própria lógica, mais próxima daquela de um teatro que de uma sala de aula. (EMPOLI, 2019)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise apresentada neste artigo destaca a necessidade urgente de regulamentar as mídias digitais e promover a conscientização sobre os perigos da manipulação digital. O uso irresponsável das redes sociais ameaça à democracia, minando os princípios de participação e deliberação que são essenciais para um sistema democrático saudável.

Dentro da história recente, um verdadeiro laboratório do caos se instalou e promoveu a corrosão de valores de representação das principais instituições do País. Portanto, é imperativo que a sociedade e os governos enfrentem esse desafio e busquem soluções para preservar a integridade da soberania da escolha popular em um mundo cada vez mais conectado e digitalmente influenciado.

É incontestável que as redes sociais se tornaram um elemento vital na construção e disseminação de informações, desempenhando um papel crucial na formação da opinião pública. A expansão descontrolada dessas plataformas trouxe desafios significativos, destacando a necessidade urgente de mecanismos eficazes de controle. A implementação desses dispositivos é primordial para garantir a boa qualidade da democracia e promover o desenvolvimento saudável da sociedade.

Ao passo em que a democratização da informação representa avanço no exercício da participação popular, é extremamente necessário o acompanhamento para estabelecer regras contra a disseminação da desinformação e das notícias falsas, uma vez que essas se tornaram uma ameaça iminente. Com ferramentas eficazes de controle, é possível buscar a integridade das eleições, evitando manipulações e garantindo que os cidadãos estejam informados de forma precisa para promover o avanço do desenvolvimento democrático de forma coletiva.

REFERÊNCIAS

CHOMSKY, Noam. **Media Control - The Spectacular Achievements of Propaganda (Controle da Mídia – As Conquistas Espectaculares da Propaganda)**. Edição 2. EUA: Editora Seven Stories Press, 1997.

CONSULTORIA E PESQUISA, Quaest. **Hábitos de Mídia**. Disponível em: <https://lp.genialinvestimentos.com.br/pesquisa/>. (PDF página 52 Hábitos de Mídia). Acesso em: 23 agosto. 2023.

DAVENPORT, Thomas; BARTH, Paul; BEAN, Randy. **How 'Big Data' is Different**. MIT Sloan Management Review, 30, julho 2012. Disponível em: <http://sloanreview.mit.edu/article/how-big-data-is-different/>. Acesso em 10 de Março 2024.

EMPOLI, Giuliano. **Engenheiros do Caos**. edição 1. São Paulo: Editora Vestígio, 2019.

FOLHA DE S.PAULO, Agência Brasil. **TRF-1 mantém decisão a favor de Dilma em caso das pedaladas fiscais**. Disponível em: [Pedaladas fiscais: TRF-1 mantém decisão a favor de Dilma - 22/08/2023 - Poder - Folha \(uol.com.br\)](https://www.folha.com.br/2023/08/22/trf-1-mantem-decisao-a-favor-de-dilma-em-caso-das-pedaladas-fiscais/). Acesso em: 22 de Agosto 2023.

MOROZOV, Evgeny. Tradução: MARCONDES, Claudio. **Big Tech: A Ascensão dos Dados e a Morte da Política**. São Paulo. Editora UBU, 2018.

NOBRE, Marcos. **Limites da Democracia – De Junho de 2013 ao Governo Bolsonaro**. Edição 1. São Paulo: Editora Todavia, 2022.

PRIVACIDADE Hackeada. **Direção de Karim Amer e Jehane Noujaim**. EUA: Netflix, The Othrs, 2019.

SILVA, César Darrio Mariano. Procurador de Justiça. **“Você sabe o que é Lawfare?”** Disponível em: jusbrasil.com.br. Acessado em: 5 de Março de 2024.

SOUZA, Jessé. **A Elite do Atraso – Da Escravidão à Lava Jato**. Rio de Janeiro: Editora Leya, 2017.

TATAGIBA, Luciana; ALMEIDA, Débora; LAVALLE, Adrian; KUNRATH, Marcelo. **Participação e Ativismo: Entre Retrocessos e Resistências**. Porto Alegre: Editora Zouk, 2022.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, **Seminário Internacional Fake News e Eleições**: Brasília, 2019. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/hotsites/catalogo-publicacoes/pdf/livro-digital-fake-news.pdf> Acessado em: 20 de Março de 2024.